Cooperativismo e Enonomía Social, nº 31 (2008-2009), pp. 241-244

OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO E DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL. DIGRESSÃO BREVE

Eduardo GRAÇA Presidente do INSCOOP

Cheguei, recentemente, à presidência do INSCOOP (Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo), de Portugal, e o meu contributo para o número inaugural da secção sobre actualidade cooperativa em Portugal, nesta publicação que amavelmente me abriu as portas, será tentar responder a uma pergunta simples: o que penso fazer deste meu encargo?

O que penso fazer para elevar o INSCOOP à altura do pensamento dos mestres do cooperativismo português, sempre polémicos, por vezes, denegridos e, quase sempre, menosprezados? Fazer o quê? Em duas palavras: Refundar o INSCOOP! Como? Pelo menos de duas maneiras.

Em primeiro lugar mantendo vivo, na letra da lei, nas ideias e na prática quotidiana, o espírito fundador do cooperativismo português que, do mesmo passo, parece obra de ingénuos e de visionários. António Sérgio definiu esse espírito num breve parágrafo:

«Como definiremos uma cooperativa? Como uma empresa que é ao mesmo tempo uma associação de pessoas (e não uma mera associação de capitais, ao modo das empresas capitalistas), e, além disso, um lar de convivência fraterna e um foco de aperfeiçoamento intelectual e moral, tendo por objectivo o criar um novo sistema de relações sociais e fazer terminar (em grau maior ou menor) as divergências de interesses e os antagonismos económicos.»

Em segundo lugar contribuindo para renovar e modernizar o quadro institucional e legal em que se funda o moderno cooperativismo português, não temendo os escolhos com que sempre se confrontam todas as mudanças.

O desafio que me foi colocado tem, na verdade, uma especificidade que constitui a tarefa mais complexa: criar uma entidade que, garantindo que se não percam nem a tradição, nem as funções exercidas pelo INSCOOP, aspire a abranger um mais vasto conjunto de instituições que se situam no âmbito das actividades de um sector que, nos últimos anos, se tem consolidado, por todo o mundo, e que, progressivamente, tem vindo a ser identificado sob a designação de Economia Social.

Em 2007 o universo cooperativo, em Portugal, representava 2,2% do PIB, 0,5% do número total de trabalhadores sendo que os cooperadores representavam 3,4% da população total.

Segundo os dados mais recentes, referentes ao ano de 2008, existem, em Portugal, 3 288 cooperativas, em actividade, o que representa um ligeiro decréscimo em relação ao ano de 2007 (3 297) mas, por outro lado, um crescimento significativo face à realidade de uma década atrás pois, em 1998, existiam, no nosso país, 2 878 cooperativas, em actividade.

Deste universo cooperativo o ramo de actividade mais representativo é o da Agricultura, representando 27,4% do total das cooperativas a que se seguem os ramos da Habitação e Construção (17,0%) e dos Serviços (16,4%). Ainda com expressão significativa seguem-se os ramos da Cultura (9,5%), da Solidariedade Social (6,1%) e do Consumo (5,6%).

O sector cooperativo tem uma inquestionável relevância na economia e na sociedade portuguesas, mas representa somente uma parcela do sector, mais vasto, da economia social cujo impacto sócio-económico e cultural na sociedade portuguesa carece de ser estudado com mais profundidade nos próximos tempos.

Aliás, as conclusões da Conferência Europeia sobre a Economia Social, realizada em Praga no passado mês de Abril, a certo passo, sob o título «O que é mensurável é também visível» sublinham a necessidade de «criar contas satélite nacionais, recolha de dados estatísticos e medir o contributo do sector da economia social, sustentar a sua visibilidade e transparência a todos os níveis».

A Economia Social representa, na verdade, em grandes números, 10% do conjunto das empresas europeias, abarca um universo de 2 milhões de empresas, representa 6% do emprego total, sendo consensual o reconhecimento do seu elevado potencial para gerar, e manter, empregos estáveis já que, pela sua própria natureza, as empresas que constituem a vasta e complexa rede que constitui o sector não são susceptíveis de serem deslocalizadas.

O Parlamento Europeu adoptou, em 19 de Fevereiro de 2009, uma Resolução cujo significado não deve ser desvalorizado pelo movimento cooperativo já que, pela primeira vez, no âmbito das instituições da UE, se reconhece a Economia Social, não só no plano jurídico como também como parceiro social: «considera que as componentes da economia social deveriam ser reconhecidas no diálogo social intersectorial da UE e sugere que tanto a Comissão como os Estados Membros apoiem energicamente o processo de inclusão dos actores da economia social na concertação social e no diálogo civil».

Esta resolução do Parlamento Europeu é um marco relevante, nos planos institucional e político, para o reconhecimento da Economia Social e também para o relançamento do cooperativismo, reconhecendo a relevância do seu papel no esforço colectivo exigível a todos os Estados, cidadãos e organizações da sociedade civil, em prol da criação de um novo paradigma de desenvolvimento económico-social que resultará, mais tarde ou mais cedo, da crise do modelo de desenvolvimento assente, sem mais, na economia de mercado.

Não me cabe, nem desejo, anunciar a abertura de uma nova época de ouro para o «sector cooperativo e social» consagrado, a letras vincadas, na Constituição da República Portuguesa, nem anunciar um «mar de rosas», ou uma época de facilidades e de plena reconciliação com os princípios fundadores do cooperativismo que, de forma tão clarividente, foram enunciados por António Sérgio.

Pretendo tão-somente mostrar a minha convicção que a nossa época, portadora de uma crise profunda do sistema económico e financeiro, que revelou, de forma brutal, uma crise de consciência e de valores, é também uma época de novas esperanças, e oportunidades, que cada protagonista do mundo da economia social deve, através da sua iniciativa e acção, aproveitar para a criação de um novo futuro do desenvolvimento sustentável das nossas sociedades.

Lisboa, 7 de Maio de 2009

